



CORPORALIDADES E MANIFESTAÇÕES SIMBÓLICAS: RESSIGNIFICAÇÕES A PARTIR DO ENSINO DAS DANÇAS POPULARES PARA JOVENS E ADULTOS COM DEFICIÊNCIAS INTELLECTUAIS E AUTISMO¹

Humberto Coelho da Silva²

Maria das Graças Carvalho Silva de Sá³

Erineusa Maria da Silva⁴

Hanele Ribeiro Covre⁵

Flaviane Salles⁶

Daiane Matheus Pessoa⁷

RESUMO

Esta pesquisa qualitativa visa problematizar situações que evidenciam o reconhecimento e a produção de sentidos e significados corporais em jovens e adultos com deficiência intelectual e autismo através das danças populares. Compreende-se a dança como ferramenta polissêmica, representativa na formação humana e instituída culturalmente. A experiência em tela fomentou condições para que os envolvidos se apropriassem e ressignificassem a sua corporalidade, exercendo protagonismo social. PALAVRAS-CHAVE: Manifestação Simbólica; Danças Populares; Educação Física na Perspectiva Inclusiva.

1 INTRODUÇÃO

Os anos 90 do século XX se constituíram num marco histórico significativo no Brasil e no mundo, no que tange às redefinições de políticas sociais e de políticas públicas⁸, que visavam um patamar mais elevado de cidadania para todas as

1 O presente texto não contou com apoio financeiro de nenhuma natureza para sua realização.

2 Universidade Federal do Espírito Santos (UFES), humberto.coelho1971@gmail.com

3 Universidade Federal do Espírito Santos (UFES), mgracasilvasa@gmail.com.

4 Universidade Federal do Espírito Santos (UFES), erineusams@yahoo.com.br.

5 Universidade Federal do Espírito Santos (UFES), hanecovre14@gmail.com

6 Universidade Federal do Espírito Santos (UFES), flsalles25@gmail.com

7 Universidade Federal do Espírito Santos (UFES), daiane.mpeessoa@gmail.com

8 Entendemos política pública e política social a partir dos conceitos trazidos por Di Giovanni (2009). As políticas públicas entendidas como aquelas ações assumidas pelas instituições públicas estatais, a fim de resolver questões problemáticas e relevantes socialmente. Portanto, tem a figura do Estado como agente público que concretiza direitos humanos coletivos ou direitos sociais garantidos em lei, sendo na atualidade imprescindível entender a política pública como resultado da complexa relação entre o Estado e sociedade. Já as políticas sociais são aquelas ações governamentais mais específicas, desenvolvidas em conjunto por meio de programas que visam à garantia dos direitos básicos e condições dignas, justas e equânimes de vida aos cidadãos. Exemplo de políticas sociais são a Educação, a Saúde, a Assistência Social, a Previdência Social, dentre outras.

peças. Esse realinhamento de políticas foi desencadeado a partir do entendimento da necessidade de se relacionar as condições favorecedoras ao desenvolvimento humano e à redução da pobreza e das desigualdades sociais (UNESCO, 1990).

Apesar desse período, de forma ambígua, ter sido fortemente embalado pelo neoliberalismo no Brasil, no que se refere ao movimento produzido em defesa da população com deficiência, constata-se uma mudança na forma como a questão da deficiência passou a ser encarada socialmente, no sentido de ser percebida como uma questão de direitos humanos e que, portanto, precisava ser compreendida e gestada numa perspectiva multidimensional (civil, cultural, política, social, econômica, etc.), como forma de garantir condições de equidade necessárias ao bem-estar social dessa população.

Entretanto, ao analisar as ações destinadas ao reconhecimento do direito social das pessoas com deficiência ao acesso qualitativo às políticas sociais promovedoras dessa condição, percebe-se que ainda existem muitas lacunas e tensões a serem superadas até que essa premissa seja de fato efetivada. Por esse viés, ao reflexionar sobre o contexto que envolve as políticas sociais e políticas públicas educacionais, voltadas para a população com deficiência, constata-se que essa realidade não é diferente, ou seja, apesar de o acesso escolar se constituir num direito assegurado em nossa legislação brasileira⁹, recorrentemente identificamos situações de exclusão escolar nos processos de inclusão desse alunado (SASSAKI, 2006).

Ao encontro dessa alegação, os estudos de Pino (2005) chamam a atenção para a potência que a ação mediadora¹⁰ do professor promove aos processos educacionais comprometidos com a formação humana, haja vista a relevância que a cultura promove aos processos de humanização dos indivíduos. Para o autor, o movimento dialético e constante de reflexão crítica entre as realidades vividas e a origem social dos indivíduos é fundamental para que os indivíduos possam ampliar a sua consciência sócio-cultural, potencializando, assim, a sua participação na sociedade.

Nesse sentido, a perspectiva teórica histórico-cultural aponta para a existência de dois tipos de elementos mediadores nas relações sociais: os instrumentos e os signos. O primeiro corresponde a um objeto social fundamental na relação entre o indivíduo, o mundo e a cultura¹¹. O segundo (os signos), corresponde aos instrumentos da atividade psicológica que auxiliam nos processos de sofisticação da mente, possibilitando um comportamento mais controlado. Ainda de acordo com autor, a ação articulada de ambos os elementos constitui os sistemas simbólicos, cuja interação constante transforma os signos em estruturas mais complexas e articuladas (VIGOTSKI, 1993, 1998).

Assim, o estudo em tela se propõe a narrar e discutir as manifestações simbólicas produzidas por jovens e adultos com deficiência intelectual e autismo, participantes

9 Ver Constituição Federal (1988) e Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDBEN) (1986).

10 A concepção de mediação adotada, nesse estudo, é compreendida como um processo de intervenção que ocorre na/com/pela relação entre o professor, o aluno e os elementos culturalmente instituídos (PINO, 2005).

11 Entende-se cultura enquanto uma produção material e sistema simbólico composto por signos e símbolos produzidos pela humanidade. Esse sistema é compartilhado pelos grupos sociais de forma interdependente, constituindo-se, assim, práticas sociais atribuídas a partir das diferentes formas de linguagem. (PINO, 1995).

de uma ação de extensão desenvolvida pelo LAEFA/CEFD/UFES , denominada: Danças populares na perspectiva inclusiva para jovens e adultos com deficiência intelectual. Para tanto, problematiza situações que evidenciam o reconhecimento e a produção dos diversos sentidos e significados corporais que essa experiência corporal suscitou nos processos de humanização dos envolvidos.

A opção pelo ensino das danças populares toma por base o entendimento da dança como um importante instrumento de linguagem¹²/expressão representativa da formação humana, sendo, assim, uma prática polissêmica instituída social e culturalmente. Ademais, essa linguagem tem sido um instrumento pouco utilizado nos processos educativos formais ou informais, portanto, apresenta-se como outra linguagem que não a oral e escrita. Essa apropriação possibilitará a internalização de um vasto repertório simbólico e cultural (indumentária, ritmo, culinária, geografia, política, gestualidade, etc.) que, por sua vez, contribuirá para que seus praticantes internalizem e, ao mesmo tempo, ressignifiquem tais apropriações, reconfigurando, dessa forma, sua corporalidade¹³. Com isso, amplia-se a percepção sobre si e sobre os *outros*, prerrogativa fundamental para o protagonismo social dos indivíduos (SOARES *et al.*, 1992; PINO, 2005).

Em frente ao exposto, entende-se que o ensino das danças populares se configura num instrumento facilitador aos processos de inclusão socioeducacional das pessoas com deficiências, visto que, para além de vivenciarem momentos lúdicos altamente prazerosos, essas experimentações os instigam constantemente a se sentirem livres para se descobrir e se expressar das mais variadas formas e possibilidades, seja individual ou coletivamente (SANTOS; FIGUEIREDO, 2002-2003).

Por esse viés, as danças populares se tornaram uma ferramenta importante na transmissão e na produção de cultura para as diversas civilizações. Quando os indivíduos passam a ter contato com essas danças, passam também a se apropriar de novas culturas, vivenciar novos saberes, costumes e tradições. Dessa maneira, evidencia-se o quanto as danças populares se encontram fortemente vinculadas à cultura, cujas normas, crenças, religiosidade, entre outros elementos e costumes, são transmitidos e ressignificados de geração em geração.

2 METODOLOGIA

O estudo em tela se apóia nos pressupostos teórico-metodológicos da pesquisa qualitativa, exploratória e descritiva, na busca pela promoção do contato direto e analítico com o campo de investigação. O foco central foi a problematização sobre os diversos sentidos e significados que as ações e os acontecimentos reverberaram na vida dos investigados em uma perspectiva inclusiva.

Colaboraram com esse estudo, aproximadamente, 30 jovens e adultos com deficiência intelectual, procedentes da APAE de Vitória/ES e também da comunidade

12 Concebemos a linguagem como instrumento multidimensional de mediação entre os indivíduos, o mundo e a cultura (PINO, 1995).

13 A corporalidade compreendida como uma abordagem do corpo, “[...] não apenas como objeto da cultura, mas como também dotado de agência própria, não apenas como receptáculo de símbolos culturais, mas como produtor de sentido”, ou seja, o corpo entendido “[...] como produto e produtor de regras e valores culturais”. Portanto, é “necessário articular a discussão sobre corpo e corporalidade com uma reflexão sobre a noção de Pessoa e suas formas culturais específicas” (MALUF, 2001).

do entorno da Universidade Federal do Espírito Santo e que participaram do projeto de extensão denominado “*Prática pedagógica de Educação Física Adaptada para jovens e adultos com deficiência*” desenvolvido pelo LAEFA/CEFD/UFES. Como instrumentos de coleta de dados, utilizamos os diários de campo, as fotografias e as videograções ocorridas nos momentos de intervenção, ao longo de quinze encontros semanais, no ano de 2016.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises apontam que a experiência do ensino das danças populares para jovens e adultos com deficiência intelectual e autismo se configurou em uma ação potente para que os envolvidos instituíssem novos sentidos e significados a suas respectivas corporalidades ao dançar, sem perder de vista suas reais possibilidades de ação.

Essa experiência reverberou também na forma como passaram a se perceber no mundo e em suas relações sociais, favorecendo assim, a seus processos de humanização de forma dialética e transformadora na direção de cidadãos com autonomia e independência para atuar socialmente.

CORPORALITIES AND SYMBOLIC MANIFESTATIONS: REDEFINITIONS STARTING FROM THE TEACHING POPULAR DANCES FOR YOUNG AND ADULTS WITH INTELLECTUAL DISABILITIES AND AUTISM

ABSTRACT: This qualitative research aims to problematize situations that evidence the recognition and production of sense and meanings in the young and adults with intellectual disability and autism through popular dances. Dance is understood as a polysemic tool, representative in human formation and culturally instituted. The on-screen experience fostered conditions for those involved to appropriate and re-signify their corporeality, exercising social protagonism.

KEY-WORDS: Symbolic Manifestation; Popular Dances; Physical Education from the inclusive point of view.

CORPORALIDADES Y MANIFESTACIONES SIMBÓLICAS: RESIGNIFICACIONES A PARTIR DEL ENSEÑO DE LAS DANZAS POPULARES PARA JÓVENES Y ADULTOS CON DISCAPACIDADES INTELECTUALES Y AUTISMO

RESUMEN: Esta investigación cualitativa tiene como objetivo discutir situaciones que muestran el reconocimiento y producción de sentidos y significados corporales en los jóvenes y adultos con discapacidad intelectual y autismo a través de las danzas populares. Se entiende la danza como una herramienta polisémica, representativa en la formación humana y culturalmente establecida. La experiencia en pantalla fomentó a los individuos condiciones que implicaron en la apropiación y resignificación de su corporeidad, ejerciendo un protagonismo social.

PALABRAS CLAVE: Manifestación Simbólica; Danzas Populares; Educación Física en la Perspectiva Inclusiva.

REFERÊNCIAS

CAMPEIZ, E. C.; VOLP, C. M. **Dança criativa**: a qualidade da experiência subjetiva. Rio Claro: 2004.

DI GIOVANNI, G. As estruturas elementares das políticas públicas. **Cadernos de pesquisa**. NEEP/Unicamp. N. 82. 2009. Disponível em; <https://observatorio03.files.wordpress.com/2010/06/elementos-das-politicas-publicas.pdf>. Acesso em: 30 dez. 2016.

MALUF, S. W. Corpo e corporalidade nas culturas contemporâneas: abordagens antropológicas. **Esboços - Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC**, Florianópolis, v. 9, n. 9, p. pp. 87-101, jan. 2001. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/563/9837>>. Acesso em: 02 jan. 2017.

PINO, A. **As margens do humano**: às origens da constituição cultural da criança na perspectiva de Lev S. Vigotski. São Paulo, 2005.

SANTOS, R. C.; FIGUEIREDO, V. M. **Dança e inclusão no contexto escolar, um diálogo possível**. Pensar a Prática, Jul./Jun. 2002-2003.

UNESCO. **Declaração mundial de educação para todos**. Plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. Tailândia, 1990.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: M. Fontes, 1993.